



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002333-97.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Zanete Terezinha Bolsani**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ZANETE TEREZINHA BOLSANI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando que sempre exerceu atividade laboral de faxineira e que em razão da conjugação de jornada dura e longa, movimento repetitivos e esforço físico, foi diagnosticada com sinais de *"sinais de tendinopatia do supraespinhal; abaulamento de disco cervical, hérnia de disco lombar, tendinite supra espinhoso ombro direito, subacrômio-subdeltoides; epicondilite"* doenças que a incapacitam profissionalmente e que, apesar disso, lhe foi negado o benefício do auxílio-doença sob alegação de que teria havido sua recuperação; entretanto, apesar de tido certa melhor em seu quadro de saúde, lhe restaram sequelas que a impedem de exercer sua atividade profissional, que requer certo grau de esforço físico, à vista do que requer a condenação da ré ao pagamento do benefício do auxílio-acidente a partir da alta médica ocorrida em 15.10.2015.

O réu contestou o pedido alegando que a autora não comprovou que a incapacidade decorre de acidente de trabalho ou que se relaciona a atividades laborais, que a autora não preenche os requisitos para concessão do benefício pleiteado.

O processo foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestaram-se as partes e oitiva de testemunhas em audiência de instrução e julgamento. É o relatório.

DECIDO.

A autora postula concessão de auxílio-acidente no equivalente a 50% de sua renda mensal, mas o laudo pericial médico apontou que, apesar de haver sido constatada incapacidade parcial e definitiva para o trabalho, não há nexo de causalidade entre as lesões da autora, qual sejam, *degeneração na coluna vertebral e ombro esquerdo*, e a atividade laboral por ela desenvolvida.

Ademais, muito embora o perito não tenha indicado o grau das limitações descritas, foi claro ao indicar a inexistência de total incapacidade para o trabalho, de modo que a obreira possui condições de exercício de funções de menor grau de complexidade (fl. 108 – *a mobilidade das articulações dos cotovelos está preservada, a mobilidade da articulação do ombro esquerdo está comprometida e reduzida em grau mínimo*).

E, realmente, o exame descrito não indica que a autora está impedida de exercer toda e qualquer função laborativa. Assim, não comprovada a total incapacidade para o trabalho, inviável é a concessão do auxílio-acidente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Porém, mesmo que a incapacidade fosse total, verifico que o nexo causal, outro requisito indispensável à concessão de qualquer benefício da espécie acidentária, não foi comprovado.

Com efeito, o perito foi taxativo no sentido de que as doenças da autora são de cunho degenerativo: *"as alterações encontradas possuem aspecto apenas de degeneração, a perícia considera que tais alterações não são provenientes de uma agressão á coluna vertebral na forma de traumatismos. As características encontradas são compatíveis com a degeneração vinculadas diretamente com os atos da vida cotidiana"*, bem como que *"não há nos autos quaisquer documentações que possam vincular tais lesões com a atividade profissional de faxineira. Todas as documentações contidas nos autos se referem a afastamentos por enquadramento de auxílio-doença (benefícios do INSS)"*.

De outro lado, as testemunhas ouvidas em audiência (cf. fls. 160/161) não descrevem o desenvolvimento de atividades que possam requerer esforço físico acima do normal para o desenvolvimento da atividade de faxineira.

Ademais, a testemunha Valéria declarou que *"ela sempre teve o problema de saúde quando conheci ela"* referindo-se à autora.

Deste modo, as conclusões periciais e a prova produzida em audiência não autorizam o acolhimento dos pedidos da autora, haja vista que as patologias que o acometem são degenerativas, hipótese que tanto afasta o nexo causal, quanto o concausal com o exercício da função e autorizadores da concessão do benefício acidentário. A posição jurisprudencial não é diferente: *"APELAÇÃO – Benefício acidentário – Espondiloartrose lombar – Laudo médico que não reconhece incapacidade para o labor e aponta para a origem degenerativa da doença – Ausência de nexo de causalidade – Sentença de improcedência mantida – Recurso improvido"*.(cf. Ap. nº 0003899-74.2012.8.26.0296 – TJSP - 28/08/2015)

"Apelação do autor - Ação Acidentária - Sentença de improcedência – Inexistência dos requisitos legais para amparar a reparação infortunistica à luz das disposições contidas na Lei nº 8.213/91 – Laudo pericial que afasta o nexo de causalidade, porquanto o autor está acometido de males colunares de origem degenerativa e congênita - Decisum mantido - Recurso desprovido com revogação da liminar concedida na Origem. As patologias apontadas pela parte autora como desencadeadas em razão dos trabalhos realizados como servente não têm relação de causalidade com o labor, na medida em que são de origem degenerativa e congênita, de modo que não há que se falar em reparação acidentária". (cf. Ap. nº 0015132-59.2012.8.26.0590 – TJSP - 08/09/2017).

O art. 86 da Lei nº 8.213/91 não exige, para que o segurado faça jus ao recebimento do auxílio-acidente, que a incapacidade laboral seja total, mas que decorra de lesão consolidada e reduza, em qualquer grau, a capacidade para o trabalho que exercia.

No caso dos autos, as patologias que acometem a parte autora não possibilitam a reparação infortunistica, porquanto sem nexo causal e situadas dentre o rol das doenças degenerativas.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 22 de março de 2018.
Vilson Palaro Júnior
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**